



3 e 4 de dezembro

III Encontro

de Educação, Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade

ANÁLISE DE VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO, ATRAVÉS DA OBSERVAÇÃO DAS PREFEITAS PARAIBANAS ELEITAS NO SÉCULO XXI

Ester Vitória da Silva Sousa¹

Deborah Thais Fernandes do Nascimento²

Laura Beatriz Valério de Moura³

Glória Rabay⁴

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros achados da pesquisa Comportamento da Mídia, Discursos de Ódio e Violência Política de Gênero: Relatos das Mulheres na Política Paraibana e Narrativas de Vida, que mapeia as mulheres eleitas prefeitas na Paraíba no século XXI⁵. Na fase inicial, a pesquisa utilizou dados oficiais do TSE e IBGE para traçar perfis socioeconômicos das mulheres eleitas. A pesquisa destaca a importância de políticas públicas para combater a violência de gênero e fortalecer a participação das mulheres na política. Os primeiros dados demonstram que persistem as desigualdades de gênero na política apesar do lento e gradativo aumento da presença das mulheres, uma presença marcada por traços de raça e classe.

INTRODUÇÃO

A violência política de gênero é considerada toda ação, conduta ou omissão que tenha a finalidade de colocar obstáculos ou impedir os direitos políticos das mulheres, com o propósito de dificultar sua campanha eleitoral ou desempenho no mandato letivo. Em 2025,

¹ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB e bolsista PIBIC do projeto, e-mail: estervsousaprofissional@gmail.com.

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, e-mail: deborah_thais2005@hotmail.com

³ Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPB, e-mail: trizzlaura@gmail.com.

⁴ Professora do Curso de Jornalismo da UFPB, email: gloria.rabay@gmail.com.

⁵ Este resumo apresenta dados parciais da pesquisa, realizada com o apoio da Paraíba State Research Foundation (FAPESQ). Edital N° 05/2025 – SECTIES/FAPESQ-PB - apoio ao protagonismo científico de mulheres e meninas na ciência, termo de outorga: 986/2025. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade das autoras e não necessariamente refletem a visão da FAPESQ.

completam-se quatro anos da Lei Nº 14.192/2021, que torna crime a violência política de gênero. Apesar disso, 2024 foi o ano com o maior número de casos desse crime registrados.

De acordo com dados da organização Terra de Direitos⁶, foram registrados 714 casos de violência política entre os anos de 2022 e 2024, sendo que 274 são contra mulheres, ou seja, 38,4%. Os homens são o maior número de vítimas, porque proporcionalmente estão mais presentes no universo político. Em 2024, os homens representavam 87% dos prefeitos eleitos. Na Câmara dos Deputados, as mulheres ocupam apenas 17,7% das vagas (91 entre 513 deputados), e 12,3% das vagas no Senado (15 dos 81 parlamentares).

Estes dados revelam a urgência em analisar a violência política de gênero e entender a formação eleitoral das mulheres, marcada por um sistema machista, que controla a escolha dos governantes, predominantemente homens, na violência sofrida pelas mulheres candidatas e/ou eleitas. Assim, a pesquisa “Comportamento da Mídia, Discursos de Ódio e Violência Política de Gênero: Relatos das Mulheres na Política Paraibana e Narrativas de Vida” busca conhecer as prefeitas paraibanas eleitas no século XXI, analisar suas características, aprofundar estudos teóricos e desenvolver dois produtos de reconhecimento: um dicionário das prefeitas eleitas no século XXI e um livro de perfis das prefeitas eleitas em 2024.

REFERENCIAL TEÓRICO

O gênero constitui-se junto, com raça e classe, como uma das categorias fundamentais para entender relações de poder e opressão., o que explica a persistência de hierarquias que colocam as mulheres, especialmente as negras e pobres, em posição de desvantagem no campo político (Gomes, 2018). Mesmo com as transformações sociais e políticas, as heranças dessa estrutura social ainda se refletem na baixa representatividade das mulheres na política e nas agressões que enfrentam ao tentar ocupar cargos públicos e desfrutar de seus direitos.

Para Paula Lima (2023), a violência política contra a mulher se manifesta de forma sutil e estrutural. Ela atinge candidatas e eleitas e também aparece nas mídias e redes sociais, quando a cobertura privilegia estereótipos sobre aparência, vida pessoal e emocionalidade, em vez de suas competências políticas (Miguel & Biroli, 2014). Assim, a mídia pode tanto reforçar esses estereótipos quanto denunciar as desigualdades de gênero na política.

⁶ Dados da organização Terra de Direitos sobre violência política <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-12/campanha-de-2024-foi-recordista-em-violencia-politica>

Na Paraíba, como em todo país, a participação feminina no poder local ainda é restrita apesar de ser o espaço com maior representatividade se comparado a outras instâncias, como o executivo estadual ou mesmo as casas legislativas (Rabay, Carvalho e Silva, 2013) A inserção das mulheres na política enfrenta barreiras como normas culturais, desigualdade econômica, falta de redes de apoio e recursos (D'Ávila, 2022). Em *Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil*, Manuela D'Ávila (2022) mostra, como o machismo e a misoginia seguem estruturando a política brasileira. Em concordância com o contexto paraibano, a autora evidencia que a violência política não é apenas um ataque individual, mas um mecanismo de controle coletivo, que busca silenciar mulheres e desencorajar sua participação na vida pública.

METODOLOGIA

A coleta de dados sobre as prefeitas paraibanas eleitas no século 21 utilizou os bancos oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁷, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE - PB)⁸ e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁹. Pelo sistema do TSE, foram identificados os prefeitos eleitos na Paraíba e, a partir do cruzamento por gênero, as prefeitas. Em seguida, analisou-se o perfil das mulheres eleitas a partir das informações disponíveis no referido site como: nome, ocupação, partido, população do município, percentual de vantagem, grau de instrução, idade, estado civil, cor/raça, redes sociais, cidade de nascimento, bens declarados e recursos utilizados durante a campanha. Esses dados permitiram traçar o perfil histórico das mulheres que lideram os municípios na Paraíba.

A população estimada de cada município no período eleitoral foi obtida a partir dos dados do IBGE, que realiza o Censo a cada 10 anos. Assim, utilizou-se o Censo de 2000 para estimar a população das eleições de 2000/2004, o de 2010 para 2008/2012 e o de 2022 para 2016/2020. O percentual de vantagem foi calculado com base no TRE-PB, que informa votos e porcentagens de todos os candidatos. Por fim, os demais dados do perfil de cada eleita foram coletados no TSE¹⁰, na página de divulgação de candidaturas e contas eleitorais (2000-2024).

⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (TRE-PB). Resultados de Eleições. Disponível em: <<https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em: 21 out. 2025

⁸ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (TRE-PB). Resultados de Eleições. Disponível em: <<https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/resultados-de-eleicoes>>. Acesso em: 21 out. 2025

⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil / Cidades e Estados. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html>>. Acesso em: 21 out. 2025.

¹⁰ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Candidaturas / Lista de Candidatos. Disponível em <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-candidaturas/lista-candidatos?session=205848366810922>> Acesso em: 21 out. 2025.

RESULTADOS

Até o momento, foram localizadas cerca de 250 candidatas eleitas ao executivo municipal na Paraíba no século XXI. A maioria das mulheres se elegeram em cidades de pequeno porte, na capital e em Campina Grande, a segunda maior cidade do estado, nenhuma mulher se elegeu no período estudado ou antes. Na linha do tempo, no século XXI, o número de mulheres eleitas tem aumentado, especialmente em relação a aquelas que assumiram a gestão em 2001, eleitas em 2000). Desde então o número de eleitas, apesar de ter crescido apresenta oscilações e ainda é muito baixo em relação aos 223 municípios existentes. Em números aproximados, 17 mulheres foram eleitas em 2000, 27 em 2004, 33 em 2008, 48 em 2012, 37 em 2016, 37 em 2020 e 54 em 2024.

Quanto ao estado civil das eleitas, 58% estavam casadas quando eleitas, 4,74% divorciadas, 1,19% separadas judicialmente, 17% solteiras, 7,91% viúvas. No que se refere ao grau de instrução, 3,95% tinham o ensino fundamental completo, 1,98% ensino fundamental incompleto, 15,2% ensino médio completo, 1,19% ensino médio incompleto, 1,19% leem e escrevem, 57,31% superior completo e 3,16% superior incompleto. O partido com mais mulheres eleitas foi o PMDB, com 32 prefeitas, e a maior ocupação indicada foi a de “prefeita”, indicando que muitas foram reeleitas.

A busca dos dados está na sua revisão final, mas já é possível notar que, em mais de 2 décadas, menos de 300 prefeitas foram eleitas no estado da Paraíba, um estado com 223 municípios. Este número alarmante nos mostra que, enquanto sociedade, ainda estamos longe de alcançar a igualdade de gênero no contexto político paraibano. Na Paraíba, o público eleitoral femininos é de 53% contra 47% do eleitorado masculino, mesmo assim, as mulheres ainda são minoria nas pessoas eleitas.

CONCLUSÃO

Este relato reafirma o objetivo da pesquisa: dar visibilidade às prefeitas paraibanas do século XXI, compreendendo suas trajetórias e os desafios enfrentados em um contexto marcado pelo machismo e pela violência política de gênero. As análises dos bancos de dados possibilitaram não só o mapeamento nas gestões municipais, mas ainda o compartilhamento de reflexões, trocas e experiências políticas.

O projeto analisa a participação das mulheres na política local e depois deste mapeamento quantitativo iniciará o levantamento e análise de dados qualitativos a partir da realização de entrevistas com essas mulheres e outros levantamentos documentais.

Em andamento, a pesquisa avança com apurações qualitativas e quantitativas, em uma perspectiva humanizada e interseccional. Os resultados já apontam a urgência de discutir a violência política de gênero e de fortalecer políticas públicas que garantam a participação democrática das mulheres. Assim, este relato se coloca como um convite à reflexão e à mobilização por uma política mais inclusiva e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Campanha de 2024 foi recordista em violência política, aponta pesquisa. 12 dez. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-12/campanha-de-2024-foi-recordista-em-violencia-politica-aponta-pesquisa>. Acesso em: 14 nov. 2025.

D'Avila, Manuela (org). **Sempre foi sobre nós:** Relatos da violência política de gênero no Brasil. São Paulo: Rosa dos Tempos; 3ª edição. 2022.

GOMES, Camilla de Magalhães. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 65-82, jan.-abr. 2018. Disponível em: Acesso em: 14 de nov. 2025

G1 PARAÍBA. Eleições 2024: eleitorado feminino é de 53% do total de paraibanos aptos a votar. 24 ago. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/eleicoes/2024/noticia/2024/08/24/eleicoes-2024-eleitorado-feminino-e-de-53percent-do-total-de-paraibanos-aptos-a-votar.ghtml>. Acesso em: 14 nov. 2025.

LIMA, Paula Gabriela Mendes. Violência política contra a mulher. *In: Cadernos da Escolado Legislativo* – Volume 25 | Número 43 | jan/jun 2023. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de MinasGerais, Escola do Legislativo. Disponível em <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/cadernos-ele/issue/view/100/64>. Acesso em 25/out/2025.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política:** uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

RABAY, G.; CARVALHO, M; SILVA, M. B. As Prefeitas Paraibanas de 2013 a 2016. *In: FAZENDO GÊNERO 10 - DESAFIOS ATUAIS DOS FEMINISMOS:* Florianópolis, 2013. **Anais eletrônicos do Fazendo Gênero 2010** - Desafios Atuais dos Feminismos: Florianópolis, UFSC, 2013. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1385662442_ARQUIVO_GloriaRabay.pdf. Acesso em: 24 out. 2025.